

PRÁTICAS RESTAURATIVAS: UMA EXPERIÊNCIA NA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LUA NOVA

Aline Ellis de Carvalho Monteiro de Souza¹

Giseli Aparecida de Oliveira²

RESUMO:

O presente artigo visa demonstrar o trabalho que vem sendo realizado na Associação Beneficente Lua Nova na cidade de Ponta Grossa – PR, através da experiência de práticas restaurativas como metodologia de uma cultura de paz. Primeiramente, iremos apresentar a fundamentação teórica da cultura de paz e um breve histórico da instituição, seguido da contextualização da metodologia e sua aplicação em situações de vulnerabilidade social apresentadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como os resultados parciais obtidos até o momento.

Palavras chave: Práticas Restaurativas, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e cultura de paz.

1. INTRODUÇÃO

A necessidade da formação de pequenos grupos para estabelecer a sobrevivência e a convivência apresenta-se desde os tempos mais remotos. Em um primeiro momento eram nômades, ou seja, não possuíam estadia fixa e rondavam pelos campos em busca de melhores condições ofertadas pela própria natureza. Com o aumento demográfico destes grupos, passaram então a configurar-se como sociedade, fixando-se em determinados territórios, provendo assim, o cultivo de alimentos e animais para sua subsistência. A partir do movimento humano em identificar a necessidade de cercar um pedaço de terra e intitulá-lo como seu, passou a cultivar apenas para sua família, surgindo deste modo a propriedade privada. Conseqüentemente, nasce também o Estado, este com finalidade na preservação e nos interesses da propriedade privada. (ENGELS, 2010)

A partir da formação do Estado e da vida em sociedade, podemos destacar o surgimento das desigualdades sociais e da marginalização de certos grupos, situação esta agravada nos dias atuais. Verifica-se que as desigualdades sociais estão presentes na sociedade contemporânea, as quais sustentam o ideário capitalista neoliberal, na medida

¹Coordenadora geral da Associação Beneficente Lua Nova. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialista em Arteterapia pelo ITECNE.

²Assistente Social da Associação Beneficente Lua Nova. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG.

em que todo cenário mundial vem sendo regido pelos interesses do mercado, legitimando e perpetuando uma cultura excludente e cada vez mais violenta.

Moraes (2000, p.18) apresenta as diretrizes estratégicas da política neoliberal:

“... um argumento bastante frequente e forte, o tema do efeito-perverso provocado pelo “Estado-providência” ou “Estado-de-bem-estar”: buscando proteger o cidadão das desgraças da sorte, o Estado aparentemente benfeitor acaba na verdade produzindo um inferno de ineficácia e clientelismo, pesadamente pago pelo mesmo cidadão que à primeira vista procurava socorrer.”

Nessa perspectiva, observa-se de um lado um grande desenvolvimento nas tecnologias, na globalização e nas conexões de rede, por outro lado reforça-se a disparidade das classes sociais, que necessitam de cada vez mais esforços para sobreviver nesta lógica do capital, ideário este mantido pela cultura do individualismo.

A sociedade brasileira hoje se configura como uma das sociedades mais desiguais do mundo, não só em condições financeiras, mas em oportunidades de promoção e manutenção social, sem dúvidas correlacionadas ao poder aquisitivo. Toda essa problemática deixa a margem grande parte da população, vivendo em situações subumanas, sem a garantia mínima de seus direitos. (MORAES, 2000)

Com a marginalização surgem outros problemas de ordem social, tais como a violência, acesso às drogas, prostituição, evasão escolar, gravidez precoce, entre outros. Assim, evidencia-se que apesar das grandes conquistas no campo do conhecimento em diversas áreas, o foco ainda não está nas relações humanas, na preocupação com o bem-estar social coletivo e na mudança do comportamento. Em contrapartida, o que acontece é a fragilidade dos vínculos sociais, sendo cada vez mais recorrentes as medidas violentas e a intolerância, tornando-se mais complexas o surgimento de alternativas para melhora deste contexto.

Nesse sentido, observamos que as ciências humanas vêm buscando meios de proliferar ações e estudos voltados para a ênfase do resgate aos valores humanos, atualmente deturpados pela cultura da violência e do consumismo construídos ao longo da história.

A cultura é intrínseco a nós e a sociedade, ela nos molda e nos fornece as possibilidades de ação no mundo. Conforme as sociedade foram se organizando, estas passaram a configurar sua própria cultura, tendo assim o seu marco de diferenciação. Ou seja, o conjunto de valores, as tradições e ideais, bem como as características sociais, políticas, artísticas e comportamentais que irão distinguir uma comunidade e/ou grupo de outro. Desta forma percebemos que o conceito de sociedade e cultura são distintos, porém são interdependentes, visto que não existe sociedade sem cultura e vice-versa. Em suma, podemos dizer que a sociedade e sua cultura estão atreladas com o contexto, juntamente com seu processo histórico (MOREIRA, 2002).

Esta dinâmica entre cultura e sociedade, nos faz entender a educação para paz, voltada para a construção e disseminação de uma cultura de paz. Sendo que esta, é compreendida como o resgate aos valores humanos, rejeitando qualquer forma de violência, promovendo discussões e resoluções de conflitos, dando espaço para os excluídos da sociedade na construção e na busca pelos seus direitos e da justiça social.

Segundo Scremin e Santos (2015, p. 499):

Em nossa sociedade atual de constantes conflitos sociais, em muitas pessoas são diariamente afetadas pelas desigualdades sociais e pelo desejo desenfreado de consumo, no qual poucos podem consumir certos objetos e muitos não podem é que a violência aflora de maneira acelerada, criando uma rivalidade entre pessoas, instituições, estados e países. Esse permanente estado de violência e conquista de estabilidade de consumo produz nas mais diversas áreas conceitos que buscam justificar suas ações.

No combate a esse círculo vicioso de violência que se instauram as práticas restaurativas como metodologia para vivenciar uma cultura de paz. As práticas restaurativas têm se revelado como importantes para criar uma cultura de diálogo, respeito mútuo e de paz.

De acordo com Nunes (2012, p. 06)

As práticas restaurativas possibilitam uma melhoria nos relacionamentos de forma a alterar os seguintes paradigmas: elas levam a mudanças diretas no campo das inter-relações; mostram aos envolvidos uma abordagem inclusiva e colaborativa, que resgata o diálogo, a conexão com o próximo, a comunicação entre os atores escolares, familiares, comunidades e redes de apoio; guiam as pessoas a lidarem com os conflitos de forma diferenciada, pois ao desafiar tradicionais padrões punitivos, passa-se a encarar os conflitos como oportunidades de mudança e de aprendizagem, ressaltando os valores da inclusão, do pertencimento, da escuta ativa e da solidariedade.

Assim, as práticas restaurativas apesar de ainda pouco difundidas estão conquistando cada vez mais espaços nos cenários de conflitos e problemáticas sociais. Para tanto, há uma tendência em pensar o conflito apenas como algo negativo, Jares (2002, p.135) contribui quando aponta que conflito é

Um tipo de situação na qual as pessoas ou grupos sociais buscam ou percebem metas opostas, afirmam valores antagônicos ou têm interesses divergentes. Ou seja, o conflito é essencialmente um fenômeno de incompatibilidade, de choque de interesses entre pessoas ou grupos, fazendo referência tanto às questões estruturais como às mais pessoais.

Porém, se estas divergências são mediadas, é possível criar vivências e resultados de paz. Um exemplo é o setor judiciário, que vem utilizando os métodos de mediação de conflitos com grande relevância nos últimos anos.

As práticas restaurativas foram regulamentadas pela Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, que concretizou a atuação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), que trabalham sob a perspectiva da Justiça Restaurativa, com esse olhar o foco visa à vítima, bem como na conscientização do opressor e no reparo ao dano.

Com a eficácia dos resultados obtidos pelo setor judiciário, principalmente na disseminação da cultura de paz, alguns desses Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSCs), como é o caso do município de Ponta Grossa –PR, tem ofertado a capacitação de Facilitadores de Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Paz. Os cursos são destinados à sociedade de modo geral, bem como instituições e órgãos vinculados a outras instâncias sociais. Recurso este, válido tanto para a promoção da cultura de paz e da não violência, bem como metodologia de prevenção, na medida em que possibilita o trabalho de temáticas emergentes que representam as particularidades daquele grupo.

A Justiça Restaurativa vem empoderando outros setores na mediação e harmonização do convívio social, para tanto formalizam as práticas restaurativas através da utilização da técnica de círculos restaurativos.

No livro “A paz que nasce de uma nova justiça” apresenta o processo de implantação da Justiça Restaurativa em Caxias do Sul, encontramos uma breve descrição dos círculos:

Um círculo de Construção de Paz é uma “roda” formada por pessoas que buscam por meio de diálogo, alcançar um determinado propósito (compreensão, restabelecimento, sentenciamento, apoio, construção de senso comunitário, resolução de conflitos, reintegração ou celebração). De acordo com KayPranis, precursora na aplicação desta prática restaurativa nos Estados Unidos, o formato espacial do círculo (os participantes se sentam em cadeiras dispostas em roda, sem a mesa no meio) simboliza liderança partilhada, igualdade, conexão e inclusão. Também promove o foco responsabilidade e participação de todos. (BRANCHER, 2012-2013,p.62)

Para que a vivência de um círculo restaurativo aconteça são necessários quatro requisitos básicos: a voluntariedade, ou seja, ninguém participa forçadamente; a confidencialidade, em que nada do que será abordado durante o círculo poderá ser relatado fora dele, nos casos do âmbito judicial, nada declarado durante o círculo servirá como prova, isto facilita a construção de um espaço seguro; a horizontalidade, na medida em que todos desempenham par de igualdade nas relações estabelecidas durante o círculo; e a co-responsabilização, em que ao final ao círculos todos os envolvidos saem com responsabilidades acerca de suas ações futuras, diante do consenso estabelecido.

Os círculos restaurativos acontecem na perspectiva circular, pois facilita o cumprimentos dos requisitos apresentados acima, assim como facilitam a visualização de todos os envolvidos e a escuta ativa. Para que a mediação realmente aconteça, o momento é conduzido por duas pessoas capacitadas que participam das etapas que antecedem e

sucedem o círculo (pré e pós círculo), ou seja, primeiramente os envolvidos são entrevistados separadamente, no intuito de compreender a situação sob os diversos olhares, bem como para elaborar as perguntas que nortearam a vivência efetiva do círculo; e o pós círculo é a verificação dos compromissos firmados durante o processo circulatório. (BRANCHER, 2006)

Já de posse da problemática que irá compor o círculo restaurativo, os mediadores elaboram perguntas referentes a estes e apresentam o objeto regulador da mediação, o objeto da palavra, este objeto também é elegido pelos mediadores pela simbologia que ele trará para aquele grupo, este objeto andar de forma horária ou anti-horária e somente quem estiver de posse deste instrumento poderá fazer o uso da palavra, é válido frisar que o objeto da palavra deve passar pelas mãos de todos os participantes, e que este tem livre arbítrio para contribuir com a discussão ou não. Todo esse movimento de respeito ao outro, escuta-ativa tem a intenção de promover a reflexão e a abertura para a criação de um consenso.

Kay Pranis (apud, BRANCHER, 2012-2013, p. 63) contribui quando comenta sobre o objeto da palavra:

O objeto da palavra desacelera o ritmo da conversa e estimula interações refletidas e cuidadosas entre os participantes. Em virtude de somente uma pessoa poder falar de cada vez e de que o objeto da palavra se move sucessivamente por todas as pessoas, duas pessoas que estejam em desacordo não podem entrar em uma alteração durante o momento de raiva.

Pensando nesse contexto as práticas restaurativas tornam-se urgentes e necessárias para se trabalhar no contexto institucional, como uma forma de reconstruir o tecido social e emocional das relações humanas afetadas pelas ofensas, pelo crime, pela violência, principalmente quando lançamos olhar sobre a assistência social, visto que esta trabalha com as questões sociais, seu objetivo é oportunizar espaços, projetos e ações para minimizar os impactos da vulnerabilidade e risco social.

A partir das práticas restaurativas, analisa-se o relato de experiência vivenciado pela Associação Beneficente Lua Nova, entidade sócio assistencial de cunho filantrópico, que trabalha com as crianças e adolescentes que frequentam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, como recurso de resolução de conflitos e principalmente na construção e promoção da cultura de paz.

No relato elaborou-se um histórico da instituição com a inserção das práticas restaurativas, também se apresentou os resultados parciais obtidos pelo processo.

2. A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LUA NOVA

A Associação Beneficente Lua Nova, é uma associação civil, sem fins lucrativos, que teve início de suas atividades no ano de 2008 com crianças e adolescentes, ofertando programas educacionais e sócio assistenciais.

Atualmente, conta com três programas: Centro de Educação Infantil “Toca das Corujinhas” que atende crianças de 0 a 3 anos de idade em período integral (atualmente 47 crianças); o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos “Tocar-te” para crianças de 6 a 15 anos (atualmente 80 crianças); e também o programa Mãe Coruja, para atendimento de mulheres da comunidade, na confecção de brinquedos pedagógicos artesanais, que não estão inseridas no mercado de trabalho.

O município de Ponta Grossa tem muitas famílias que migram de outras regiões do estado para o município, em busca de melhores condições de vida, porém, devido as múltiplas expressões da questão social nem todas as famílias conseguem se estabilizar socioeconomicamente no município, ocasionando assim o aumento de regiões periféricas carentes de recursos básicos.

Diante disso, muitos pais costumam ir trabalhar e deixam seus filhos menores de idade em casa sem a presença de um adulto ou então levam seus filhos para o trabalho expondo os mesmos a situações de risco.

Após breve estudo realizado no bairro Boa Vista e adjacências, verificou-se que muitas mães precisavam trabalhar para garantir o sustento da família e não dispunham de lugar seguro e apropriado para deixar seus filhos, os quais ficavam a mercê da própria sorte com irmãos pouco mais velhos ou vizinhos mais próximos, e com grandes casos de vulnerabilidade social.

Destacamos que dentro desta iniciativa o trabalho vem sendo cada vez mais especializado, e observamos que durante o atendimento das crianças no CEI, a comunidade também apresenta outras demanda uma delas a necessidade de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV denominado Tocar-te, que iniciou suas atividades no ano de 2011.

O Projeto “TOCAR-TE” quer auxiliar as famílias e a sociedade civil no enfrentamento das expressões da questão social através do atendimento a crianças e/ou adolescentes de 6 a 15 anos ofertando-lhes um espaço para o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia. A entidade busca ainda trabalhar com toda a família identificando as vulnerabilidades presentes dentro das mesmas e buscando alternativas para eliminá-las, seja através de ações da própria entidade, ou através de encaminhamentos para outros órgãos da rede socioassistencial.

O SCFV é um serviço de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais o SCFV tem as seguintes atividades:

Um serviço realizado com grupos, organizado de modo a prevenir as situações de risco social, ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo, pautado na defesa dos direitos e desenvolvimento das capacidades e potencialidades de cada indivíduo, prevenindo situações de vulnerabilidade social.

Para ingressar no SCFV a resolução CIT nº 1/2013 e resolução do CNAS³ nº 1/2003 definiu o público prioritário para a inclusão neste serviço, com as seguintes situações de vulnerabilidades ou riscos: Situação de isolamento, Trabalho infantil, Vivência de violência, Vivência de negligência, Fora da escola ou defasagem escolar, Em situação de acolhimento, Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, Egressos de medidas socioeducativas, Situação de abuso e/ou exploração sexual, Medida de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente, Situação de Rua, Vulnerabilidade que diz respeito as pessoas com deficiência.

As crianças e adolescentes são encaminhadas pela rede socioassistencial e referenciadas no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, que tem objetivo de realizar o acompanhamento e o acesso a garantia de direitos.

Na Associação Beneficente Lua Nova são desenvolvidas as seguintes atividades: oficinas artísticas e manuais, recreação, dança, formação social e humana, contação de história, musicalização, horta, apoio escolar, com a finalidade de ampliar o universo cultural e promover a socialização e fortalecimento de vínculos dos atendidos.

Devido à complexidade e multiplicidade de fatores sociais incorporados no trabalho com o SCFV é necessário criar estratégias e metodologias para dar voz aos assistidos bem como gerar conscientização para transformação social e a autonomia dos indivíduos.

3. RELATO EXPERIÊNCIA E METODOLOGIA

Na Associação Beneficente Lua Nova as práticas restaurativas teve início com a vivência de um Círculo de Relacionamento realizado pelas técnicas do CEJUSC de Ponta Grossa com as funcionárias da instituição.

³ Conselho Nacional de Assistência Social

No final da vivência observou-se os círculos restaurativos como uma alternativa de metodologia para se trabalhar no ambiente institucional, ou seja, um trabalho com as famílias, crianças e adolescentes e comunidade em torno da instituição.

Desse modo, oportunizou-se mediante a experiência com o CEJUSC na realização do curso de capacitação de “Facilitadores de Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Paz” de duas colaboradoras da instituição, com o intuito de subsidiar as ações junto das crianças e adolescentes, bem como das famílias atendidas, visto que estas apresentam peculiaridades e particularidades de sua situação social.

Através do conhecimento da metodologia dos círculos restaurativos foram definidos alguns pontos fundamentais para serem trabalhados com as crianças e adolescentes que frequentam o SCFV, tendo como objetivo as seguintes ações:

- a) Fortalecer e ampliar a comunicação na instituição com as criança e as família, mediante a formação dos círculos restaurativos, sob a perspectiva da prevenção dos conflitos e da promoção da cultura da paz;
- b) Realizar encontros quinzenais com as crianças e adolescentes para melhorar o vínculo com a instituição e se tornar um espaço aberto ao diálogo;
- c) Trabalhar a autonomia e cidadania por meio da participação de todos os envolvidos, com temas mensais tais como: Identidade, Família, Valores Humanos, *bullying*, Racismo, Violência, Drogas, Cidadania, Meio Ambiente, Qualidade de Vida, Sexualidade, Empreendedorismo, Auto-estima, Perspectivas e Sonhos.
- d) Fortalecimento de vínculos entre as crianças, meio da convivência e contação de histórias de vida.

O trabalho foi desenvolvido por duas facilitadoras da instituição, em que os círculos restaurativos tem como base os valores da Justiça Restaurativa. A experiência no ambiente institucional vem a ser um modelo alternativo ou complementar as ações de solução e prevenção de conflito, comunicação não violenta bem como na aquisição de competências e habilidades necessárias para se trabalhar nos SCFV.

Os círculos restaurativos estão sendo desenvolvido mas quatro turmas do SCFV, duas no período da manhã e duas no período da tarde. A sala 1 possui crianças com faixa de idade de 06 a 10 anos de idade com a participação de 15 crianças. A Sala 2 possui crianças e adolescentes de 08 a 14 anos de idade com a participação de 15 crianças. A Sala 3 possui crianças de 08 a 10 anos com a participação de 20 crianças. A Sala 4 possui crianças de 10 a 14 anos de idade com a participação de 20 crianças.

Os círculos vem sendo desenvolvidos para trabalhar temáticas centrais para sensibilizar as crianças e adolescentes para trabalhar valores humanos como o respeito, participação, honestidade, solidariedade etc. reforçando a promoção de uma cultura de paz.

A partir dos relatos individuais das crianças sobre determinado assunto, lhes dão a oportunidade de mostrarem os seus sentimentos e as suas necessidades, permitindo que cada um possa expor e a entender como que cada um pensa os sente sobre determinados fatos.

Os círculos permitem para os que falam pouco, passem a se expressar, e aos que falam muito e ouvem pouco, a aprender ouvir e abrir-se a mais opiniões, ou seja, todos tem a oportunidade de se expressar dentro do círculo, e devem se sentir satisfeitos por terem sido escutados.

De acordo com Nunes (2012, p. 46), os círculos podem ser utilizados para:

- a) para dar as boas vindas;
- b) para promover o respeito pela diversidade;
- c) para a preparação para algum evento;
- d) para reflexões em geral;
- e) para a revisão de lições;
- f) para a solução de problemas;
- g) para a construção da paz;
- h) para discutir responsabilidade comunitária;
- i) Para ouvir vítimas, ofensores e demais envolvidos num conflito.

A experiência dos círculos na instituição sobre várias temáticas possibilitam um olhar amplo com várias respostas, estimulam a pensar sobre os vários assuntos, facilitando a troca de experiência e informação e permitem as crianças e adolescentes a possibilidade de se colocar no lugar do outro e reconhecer o sentimento de cada pessoa sobre determinada situação. (NUNES, 2012)

Os círculos incentivam o desenvolvimento de atividades de construção coletiva, através da reflexão, confronto de idéias oportunizando a troca de culturas, emoções, erros e perdão. Com a vivência, democratizam o conhecimento e implementam a socialização dentro da instituição e na comunidade em que vivem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade contemporânea e todas as facetas que a configuram, tem contribuído significativamente para o agravante das desigualdades sociais, essas questões todas interferem na exclusão e na marginalidade.

As ciências humanas tem despertado para a necessidade dessas questões e principalmente da promoção de uma cultura de paz, na medida que a humanidade está cada vez mais distante dos valores e da preocupação com o outro. Assim é necessário, (re)pensar a formação dos profissionais que atuação cotidianamente com estas problemáticas sociais, a fim de subsidiá-los com reflexões teóricas e práticas metodológicas

que aproximem o trabalho do grupo, desta forma será possível evidenciar vivências e promoções realmente eficazes no âmbito da cultura de paz.

A partir da experiência que vêm acontecendo na Associação Beneficente Lua Nova, é possível notar que a geração de crianças e adolescentes ainda possuem muita dificuldade em definir seus sentimentos e expressá-los de forma clara, muitas vezes por que não encontram abertura para realizar esse movimento de consciência pessoal e formação de personalidade no seio familiar.

As práticas restaurativas, e mais especificamente os círculos restaurativos, tem se configurado como uma ferramenta de aproximação com estas crianças e adolescentes, em que através da criação de um espaço seguro, muitos estão aprendendo a descobrir o que sentem e principalmente conscientizar-se das suas ações enquanto estão regidos por estes sentimentos.

O trabalho com temáticas também tem sido bastante favorável, na medida em que explícita temas que já fazem parte da realidade da comunidade, permitindo que os assistidos apresentem suas histórias, vivências e dúvidas, bem como os leve a um processo reflexivo sobre a temática, muitas vezes inclusive mudando sua perspectiva a respeito do assunto, ou seja, mesmo que de maneira bem discreta, aos poucos, vêm se notando mudanças inclusive culturais, arraigadas na cultura familiar e da comunidade, alguns exemplos são vinculados à: gravidez precoce, perspectivas educacionais e profissionais, discriminação e drogadização. É notável a importância dessa metodologia no cotidiano institucional, para o desenvolvimento da cultura da paz pela forma dialogada, contribuindo para a reflexão e o reconhecimento da diversidade, da autonomia e responsabilidade que todos temos enquanto cidadãos com a nossa sociedade.

Por fim, vale ressaltar que é somente nesse movimento e na experiência significativa de ações de cultura de paz é que iremos presenciar uma mudança realmente efetiva, além disto, é importante frisar e suscitar nesses contextos de peculiaridades sociais, a importância da luta pela garantia de seus direitos, pois é nesta corrente de não conformismo, que obtemos melhorias em nível das políticas públicas.

5. REFERÊNCIAS

BRANCHER, L.[org]**A paz que nasce de uma nova justiça.** Um ano de implantação da Justiça Restaurativa como política de pacificação social em Caxias do Sul. 2012-2013

BRANCHER, L. **Subsídios de Práticas Restaurativas para transformação de conflitos.** Porto Alegre:Projeto Justiça para o Século 21, 2006.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1884/origem/index.htm>. Acesso em 16.jun.2016

JARES, X.R. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MORAES, R. C. C. As incomparáveis virtudes do mercado: políticas sociais e padrões de atuação do Estado nos marcos do neoliberalismo. In: KRAWCZYK, N. ; CAMPOS, M. M.; HADDAD, S. (Orgs.). **O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. p.13-42.

MOREIRA, A.F.B. **Currículo, Diferença Cultural e Diálogo**. Revista Educação e Sociedade, v. 23, n. 79, Campinas, ago/2002.

NUNES, A. C. O. **Curso de Introdução à Justiça Restaurativa para professores mediadores escolares e comunitários, 2012**. Disponível em <www.educacao.sp.gov.br/.../Manual-Prático-de-Justiça-Restaurativa-Ministério-Público> acesso em 07 de julho de 2016.

SCREMIN, R.T.; SANTOS, F.R. A paz e o marxismo: aproximações da cultura da paz com o materialismo histórico dialético. In: MATOS, K.S.L. [org] **Cultura de Paz, Educação e Espiritualidade**. Fortaleza: Fortaleza: UFC, 2015